

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 14/2011**

Período: 04/06/2011 – 10/06/2011

GEDES – Brasil

- 1- Decisão do Supremo Tribunal Federal abre precedentes para discussões a respeito do alcance da Lei de Anistia de 1979
- 2- Artigo aponta letargia na abertura de arquivos do regime militar
- 3- Exército Brasileiro atua em força-tarefa para garantir segurança na região norte do país
- 4- Governo federal cria plano estratégico para as fronteiras

1- Decisão do Supremo Tribunal Federal abre precedentes para discussões a respeito do alcance da Lei de Anistia de 1979

Conforme publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, julgamentos realizados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) suscitam controvérsias relacionadas à abertura de processos contra militares brasileiros acusados de crimes no período do regime militar (1964-1985). As decisões versam sobre a extradição de líderes estrangeiros acusados de tortura e desaparecimento de presos políticos. Os casos referem-se ao major argentino Norberto Raul Tozzo, envolvido no episódio conhecido como Massacre de Margarita Belén, e ao major do Exército uruguaio, Manuel Cordero Piacentini, extraditado recentemente por seu envolvimento na “Operação Condor”. De acordo com o *Estado*, com base nas decisões tomadas, evidenciou-se o entendimento do STF em considerar os crimes não solucionados à época como crimes continuados e permanentes. Dessa forma, a investigação e a punição de agentes do Estado brasileiro em situações semelhantes estariam sendo admitidas. Todavia, essa compreensão aplicada aos casos nacionais traz a tona o debate sobre a extensão da Lei de Anistia de 1979 e a retroatividade de suas medidas, ponto em que não há consenso entre os ministros do STF. Para o ministro Marco Aurélio, a decisão do STF nessas duas extradições se opõe a constitucionalidade da própria Lei de Anistia. Outro ministro, que preferiu não se identificar, acredita que a anistia vale para crimes cometidos no passado, mas seus efeitos não se aplicam a crimes considerados “permanentes”. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/06/11*)

2- Artigo aponta letargia na abertura de arquivos do regime militar

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista e historiador Hugo Studart defendeu a abertura de arquivos secretos referentes ao período do regime militar brasileiro (1964-1985). Apesar de enfatizar algumas medidas adotadas pelo governo da presidente Dilma Rousseff, o autor afirmou que as mesmas ainda “são irrelevantes para a reconstituição da história”. Na visão de Studart, há uma letargia no Congresso Nacional em relação à aprovação de um projeto de lei que libere a pesquisa no Arquivo Nacional. Atualmente, o acesso a documentos só é permitido com autorização prévia. Para resolver essa questão, Studart propõe que o “melhor caminho a seguir é mandar tudo para a internet, tal qual o WikiLeaks”. Ao propor um site de divulgação desses documentos secretos, o estudioso visualiza que a divulgação dos documentos

possibilitaria uma maior compreensão da história desse período. Contudo, Studart ressaltou que os principais documentos se encontram em arquivos particulares de militares, e que alguns deles estão entregando seus documentos para jornalistas e historiadores desde 1996. (Folha de S. Paulo – Opinião – 07/06/11)

3- Exército Brasileiro atua em força-tarefa para garantir segurança na região norte país

De acordo com os periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, o Exército Brasileiro e o Ministério da Justiça iniciaram uma ação coordenada para atuar em áreas dos estados do Pará, do Amazonas e de Rondônia, com o objetivo de reforçar a segurança da região e investigar os assassinatos de lideranças rurais ocorridos nas últimas semanas. A operação foi determinada pela presidente da República, Dilma Rousseff, após cinco pessoas serem assassinadas em menos de 10 dias em zonas rurais da região norte do Brasil. Também participam desta ação a Polícia Federal, a Força Nacional de Segurança, a Polícia Rodoviária Federal e as forças de segurança pública dos estados envolvidos no caso. Além disso, segundo a *Folha* do dia 10/06/11, o governo estadual do Pará declarou que esta força-tarefa auxiliará na logística das investigações feitas pelas autoridades locais e na fiscalização contra o desmatamento na região. (Folha de S. Paulo – Poder – 08/06/11; Folha de S. Paulo – Poder – 10/06/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 08/06/11)

4- Governo federal cria plano estratégico para as fronteiras

De acordo com notícia veiculada no jornal *O Estado de S. Paulo*, a presidente da República, Dilma Rousseff, anunciou a criação de um projeto para as fronteiras brasileiras: o Plano Estratégico de Fronteiras. Michel Temer, vice-presidente da República, foi nomeado coordenador do governo para o projeto, que envolverá cerca de R\$120 milhões este ano. O objetivo do plano é reduzir a criminalidade e enfrentar o crime organizado que atua nas regiões fronteiriças do país. Ministérios da Defesa e da Justiça atuarão em conjunto e também será buscada a cooperação de países vizinhos. Duas operações serão a base do Plano Estratégico: Sentinela e Ágata; a primeira, que já está em funcionamento desde o início do ano passado, tem caráter permanente, enquanto a última será pontual e atuará conforme necessidades locais. Ademais, foi criado um Centro de Operações Conjuntas (COC), reunindo comandantes das duas operações e visando o planejamento das ações. A respeito do tema, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, ressaltou a necessidade da integração com os países vizinhos para o sucesso das operações e afirmou que o Brasil não ultrapassará suas fronteiras durante as ações. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/06/11)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br
Jornal do Brasil – www.jb.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

****Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Fred Maciel (Redator, mestrando em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Mariana de Freitas Montebugnoli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES)